

## CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL EM SEXUALIDADE: RELATO DE UMA PROPOSTA INTERVENTIVA

Andreza Marques De Castro LEÃO<sup>1</sup>  
Paulo Rennes Marçal RIBEIRO<sup>2</sup>

609

**RESUMO:** Os cursos de licenciatura devem oportunizar espaços para abrangência da sexualidade, constituindo, assim, meios de proporcionar aos discentes uma formação específica no tocante a estes assuntos. Considerando isso, o presente estudo objetivou identificar as concepções de um grupo de discentes de um curso de Pedagogia acerca da sexualidade infantil e das relações de gênero verificando as principais necessidades formativas que apresentavam concernentes a tais temáticas para, a partir disso, elaborar e implantar um curso interventivo. Os instrumentos empregados para coleta de dados foram dois questionários. A partir dos dados deste instrumento foi elaborado um curso interventivo em sexualidade voltado para os referidos discentes. Participaram da primeira etapa da pesquisa, correspondente ao preenchimento do questionário, 342 estudantes e da segunda etapa, aplicação do curso, 38 pessoas. Os temas indicados como os mais necessários em sua formação foram: sexualidade, educação sexual, sexualidade infantil, abuso sexual, adolescência e sexualidade e deficiências. Enfim, os resultados do curso foram muito satisfatórios, conseguindo prover de formação estes discentes, porém, revela o quanto ainda é preciso fazer pensando na formação de profissionais aptos a implantação da educação sexual no contexto escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sexualidade. Educação sexual. Relações de gênero. Formação de professores.

### Introdução e justificativa

A sexualidade é um aspecto intrinsecamente humano que se manifesta desde tenra idade. Freud, criador da psicanálise, foi quem apontou, no século XIX, a questão das manifestações sexuais na infância, trazendo significativas contribuições à identificação e compreensão da sexualidade infantil, explicando justamente que ela nasce com o indivíduo e se desenvolve em diferentes etapas de vida, que foram denominadas **fases do desenvolvimento psicosssexual** (MAIA, 2005c).

Todavia, nas distintas instâncias sociais vigora uma indisposição para discussão deste assunto, como se fosse algo desnecessário ou danoso de ser abordado. As

<sup>1</sup> Doutora em Educação Escolar com Pós-Doutorado em Sexologia e Educação Sexual. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras - Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - andrezaleao@fclar.unesp.br

<sup>2</sup> Livre-Docente em Sexologia e Educação Sexual. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras - Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - paulorenes@fclar.unesp.br

manifestações da sexualidade são encaradas como algo “proibido” e complexo para se abarcar e, além disso, é freqüente a redução do erotismo ao seu aspecto genital, o que restringe sua abrangência e amplitude (LEÃO; RIBEIRO, 2011).

O receio do adulto no trato com este tema, assim como a sua negação, contribui para que crianças e adolescentes tenham uma visão distorcida e equivocada da sexualidade, inclusive podendo trazer danos à sua vida de relação. Geralmente há preconceito e discriminação, medos e tabus presentes nos discursos e atitudes ao longo da vida de cada indivíduo. Para Leão e Ribeiro (2011) há nas distintas instâncias sociais o temor de contribuir para a perda da inocência da criança, para o despertar de um comportamento sexual precoce ou para o surgimento de atitudes desviantes daquilo que é previsto socialmente para cada gênero. Referimo-nos à educação sexista que sofremos desde o nascimento e que já se manifesta na escolha das cores das roupas de meninos e meninas, nos brinquedos e brincadeiras sugeridos, nos comportamentos aceitáveis para um ou outro sexo, dentre outras (LEÃO; RIBEIRO, 2011).

Cabe aqui frisar que o termo gênero põe em evidência o processo de construção das distinções entre homens e mulheres através da sociedade e da cultura. Este termo, segundo Louro (1997), surge da necessidade de se revelar o equívoco de se ancorar as diferenças entre homens e mulheres no sexo e no sentido das características físicas do corpo.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a questão de gênero está presente em todos os assuntos trabalhados no cotidiano escolar, nas distintas ciências, sendo essencial ser abordado com os alunos, de modo que possam construir relações de gênero pautadas pela equidade, compreensão e respeito pelas diferenças (BRASIL, 1997).

Gênero e sexualidade são conceitos culturalmente construídos, e são temas que se complementam (LEÃO; RIBEIRO, 2012). Nos dizeres dos mencionados autores, “[...] em nossa experiência, trabalhar com sexualidade implica em abarcar relações de gênero.” Eles prosseguem, salientando que “[...] a discussão das relações de gênero pede um diálogo com as atitudes, comportamentos e valores sexuais.” (LEÃO; RIBEIRO, 2012, p.56).

A negação da existência da sexualidade infantil tem seu âmago na omissão. Como enfatiza Maia (2005a, p.96), as pessoas que têm esse tipo de atitude “[...] acreditam que há uma suposta naturalidade no desenvolvimento da sexualidade, como se ela brotasse do corpo da criança sem influências sociais, e as informações que ela

obtem sobre sexo fossem magicamente compreendidas, sem necessidade de esclarecimento, sem tempo para elaboraçaõ.”

Além disso, crianças desinformadas são presas fáceis de pedófilos e exploradores sexuais. Como problematiza Maia (2005b), se o sexo é um assunto proibido, considerado tabu, se os pais e educadores se omitem a tratá-lo, o segredo sobre as questões de sexualidade favorece o abusador, o qual depende justamente do segredo para perpetuar um ato de violência contra elas. A violência sexual infantil é um dos temas da educação sexual.

Frente ao exposto, Figueiró (2006), explica que é preciso que a criança possa distinguir entre afagos de amor e atos oportunistas, de forma a reconhecer o direito de recusar qualquer incursão no próprio corpo e aprender maneiras de procurar ajuda.

Maia (2005b) enfatiza que o grande desafio consiste em tornar as crianças aptas a identificar a situação do abuso como inadequada, sendo necessário orientá-las e ensiná-las a reconhecer um toque indesejado de uma pessoa com mais idade seguida de um pedido de segredo.

No contexto escolar, por um lado temos a reprodução dos valores da sociedade, o que dificulta o desenvolvimento de propostas concretas de ação em educação sexual. Mas, por outro lado, havendo formação dos professores, políticas públicas e investimento dos órgãos governamentais, a escola pode se constituir em um espaço importante, eficaz e efetivo para se trabalhar questões envolvendo sexo, sexualidade, gênero e diversidade (RIBEIRO, 2013).

Em termos educacionais, assim que a criança ingressa na escola deve-se iniciar o trabalho de educação sexual, respeitando as peculiaridades das distintas fases e a capacidade cognitiva, o qual deve se estender por todo o período escolar (RIBEIRO; REIS, 2007). A educação sexual consiste no programa formal, sistemático e contínuo para tratar da sexualidade no âmbito educacional (LEÃO, 2009). Como explica Ribeiro (2013, p.12), uma educação sexual

[...] em sua dimensão de vida de relação entre os sexos, de vida social e afetiva e de crescimento pessoal. Uma educação sexual em que se possa tanto debater e questionar tabus e preconceitos quanto incorporar conhecimentos de anatomia e fisiologia sexual ao mesmo tempo em que se lida com a ansiedade, o medo e a culpa e discute sobre diversidade sexual, igualdade de gênero e corpo.

Segundo Maia (2005a), Leão (2009), Leão e Ribeiro (2011), os professores devem dialogar com as crianças, esclarecendo-as do que seja a violência sexual, uma vez que as crianças mal informadas e que não têm com quem dialogar são alvos mais fáceis de exploradores sexuais. Dessa forma, é necessária a apreensão do corpo, a fim de promover a consciência da criança de que seu corpo lhe pertence, e só deve ser tocado por outro com a sua anuência ou por motivos de saúde e higiene (BRASIL, 1997).

Figueiró (2006) diz que é preciso que a criança possa distinguir entre afagos de amor e atos oportunistas, de forma a reconhecer que apresenta o direito de recusar qualquer incursão do próprio corpo e para que aprenda, ainda, maneiras de procurar ajuda.

Deste modo, o trabalho de educação sexual representa um importante e expressivo passo para a efetivação de ações concretas no combate da discriminação, desinformação, da disparidade de gênero, sobretudo, se esta educação oportunizar aos alunos um espaço de problematização e contextualização das práticas arraigadas de disciplinamento dos sujeitos (LEÃO, 2012). Igualmente, pode contribuir no combate a violência sexual contra a criança, esclarecendo-as dos limites aceitáveis socialmente de incursões corporais, conscientizando-as de seus direitos, entre estes, de dizer não ao que considerar suspeito.

Maia e Ribeiro (2011, p.79) vão dizer que

[...] uma educação sexual adequada deveria fornecer informações e organizar um espaço onde se realizariam reflexões e questionamentos sobre a sexualidade. Deveria esclarecer sobre os mecanismos sutis de repressão sexual a que estamos submetidos e sobre a condição histórico-social em que a sexualidade se desenvolve. Deveria também ajudar as pessoas a terem uma visão positiva da sexualidade, a desenvolver uma comunicação mais clara nas relações interpessoais, a elaborar seus próprios valores a partir de um pensamento crítico, a compreender melhor seus comportamentos e o dos outros e a tomar decisões responsáveis a respeito de sua vida sexual. Acreditamos que essa postura crítica é fundamental para a formação de atitudes preventivas e saudáveis sobre a sexualidade.

O professor é o principal profissional para a implantação da educação sexual (LEÃO; RIBEIRO, 2012), desde que receba uma formação para tal. Muitos profissionais da educação se sentem receosos e inseguros para se envolver com o

trabalho de educação sexual, sobretudo devido à ausência de uma formação específica (LEÃO, 2009).

Pensando na formação dos professores em sexualidade, há estudos como os de Spaziani e Maia (2009) e Senatore e Ribeiro (2001) em que aparece o despreparo de professoras para atuar com a educação sexual, visto que não tiveram contato com este conteúdo na formação acadêmica.

Neste sentido, é preciso uma base bem solidificada de maneira que o profissional tenha acesso ao conhecimento teórico e didático que necessita para uma prática pedagógica eficaz e diferenciada.

Benites (2006) estudou o curso de Pedagogia da Universidade Regional de Blumenau buscando averiguar como se efetua a abordagem da sexualidade no curso e constatou que não há disciplinas de educação sexual, sendo que os discentes desconhecem a expressão da sexualidade infantil e os conteúdos que compõem este universo.

O estudo realizado por Leão (2009) sobre o curso de Pedagogia da UNESP no *campus* de Araraquara mostra, por meio do histórico documental deste curso, as tentativas de se introduzir a temática da sexualidade por meio de disciplinas optativas. Contudo, a referida autora diz que tais disciplinas não são mais oferecidas desde 2004, o que representa uma perda significativa à formação do educador.

Já na pesquisa de Pós-Doutorado, Leão (2012), buscou identificar as concepções dos coordenadores e professores dos cursos de Pedagogia em cinco *campi* da Universidade Estadual Paulista quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual, verificando os entraves e as possibilidades para tanto. Os entraves identificados são: ausência de espaço na grade curricular; o Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia que não dá margem para discussão e a questão ontológica do tema. Não obstante, referiram que há espaço para abarcar o assunto, e isto ocorre porque há professores, pesquisadores e grupos de pesquisa que atuam na área. Reconheceram a necessidade da formação docente e as demandas do contexto escolar e social que salientam a importância deste assunto ser trabalhado na escola.

Em estudo semelhante, Koerich (2007) buscou identificar como a sexualidade e as relações de gênero são trabalhadas nos cursos de pedagogia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Em relação ao curso da UFSC, verificou que não há qualquer menção à sexualidade, mas no curso da UDESC há a disciplina obrigatória intitulada “Sexualidade e

Educação”. Conforme a autora realça, o fato de haver na grade curricular de um curso de Pedagogia um lugar para a temática representa uma conquista, pois coloca em evidência um tema que é geralmente ocultado.

Fazendo uma análise geral, pode-se verificar que durante toda a trajetória da educação sexual no Brasil a abrangência da sexualidade ocorreu de maneira informal e isoladamente nas Instituições de Ensino Superior em escassos cursos (BENITES, 2006; KOERICH, 2007; LEÃO, 2009, 2012). Com efeito, nos dias atuais ainda é difícil encontrar cursos de licenciatura que tenham em seu currículo disciplinas sobre educação sexual e/ou sexualidade infantil.

Curiosamente, as universidades brasileiras têm um significativo número de grupos de pesquisa que tratam da sexualidade e da educação sexual (BEDIN, 2010) e uma vasta produção que tem norteado as iniciativas de ações na área.

Em relação ao curso de Pedagogia especificamente, a Resolução do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2006) afirma em seu artigo 5, parágrafo X, que o egresso deste curso deverá estar apto a respeitar as diferenças de gênero e de escolhas sexuais. A inserção destes assuntos nestes documentos educacionais reforça a importância da abrangência da sexualidade com futuros professores. A respeito dessa Resolução, Leão (2009) expressa que ela foi a primeira a fazer menção à introdução de alguns aspectos da sexualidade a serem apreendidos pelo curso de Pedagogia. No entanto, após seis anos desta resolução muito pouco tem sido feito e a educação sexual continua fora da sua grade curricular.

O curso de Pedagogia tem responsabilidade quanto à formação dos professores para trabalhar com educação sexual, uma vez que os egressos irão atuar, principalmente na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, níveis de ensino estes que lidam com crianças geralmente carentes de informações sobre sexualidade. Mesmo com o advento dos PCN e da indicação dos temas transversais, nem a Pedagogia nem as licenciaturas têm acolhido disciplinas de sexualidade e educação sexual. Como realça Ribeiro (2009), o advento dos PCN pode ser considerado um avanço, porém, praticamente nada foi feito no sentido de formar professores capazes de trabalhar questões de sexualidade na escola. Grave, também, é que tendo completado mais de 15 anos, além da questão da falta de instrumentalização dos professores para trabalhar com eles, muitos profissionais da educação sequer conhecem este documento educacional. Mesmo distribuídos para as escolas do Brasil, muitos exemplares ficam guardados nas secretarias das escolas, tendo seu acesso dificultado e restrito e sua consulta ignorada.

O presente estudo surgiu da necessidade apontada pela literatura (BENITES, 2006; KOERICH, 2007; RIBEIRO; SOUZA; SOUZA, 2004; RIBEIRO; REIS, 2007; LEÃO, 2009, 2012) de haver mais investigações científicas sobre formação inicial dos professores para atuar com a sexualidade infantil.

A sexualidade é uma área profícua para o surgimento de mitos, tabus e preconceitos, inclusive na escola, mesmo sendo esta instituição indicada pela literatura (FIGUEIRÓ, 2006; LEÃO, 2009) como o espaço ideal para se trabalhar com educação sexual. Pensando assim, compete à escola criar condições de ensino e aprendizagem, e de formação e reflexão para questões de sexualidade, gênero e educação sexual, que paulatinamente contribuiriam para esclarecer, diminuir e, até erradicar estes mitos, tabus e preconceitos de natureza sexual.

Pretende-se, a partir das concepções dos alunos de um curso de Pedagogia, propor um trabalho interventivo sistemático e contínuo, munindo-os de conhecimentos teóricos e práticos. Como escreveram Leão e Ribeiro (2012), torna-se imperativo o investimento na formação inicial dos professores com inserção de métodos e técnicas em educação sexual e de conhecimentos teóricos sobre sexualidade.

## **Objetivos**

Identificar as concepções de alunos do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara acerca da sexualidade infantil e das relações de gênero, verificando as principais necessidades apontadas no tocante à temática de sexualidade e educação sexual. Em uma segunda etapa, elaborar, implantar e avaliar um curso interventivo.

## **Método**

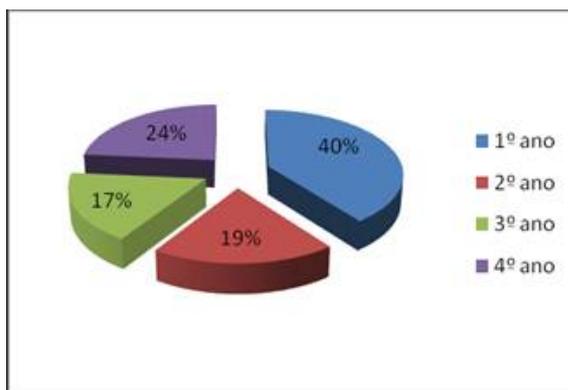
A metodologia utilizada na análise dos dados da presente pesquisa consistiu numa pesquisa quantitativa e qualitativa. Considerando-se que a subjetividade do pesquisador sempre está presente, mesmo nas pesquisas quantitativas, o melhor procedimento, baseado em Deslauriers (1991) é fazer uma intersecção de dados com a pesquisa qualitativa, a fim de obter uma melhor compreensão do problema estudado.

## **Participantes**

Participaram da primeira etapa da pesquisa, correspondente ao preenchimento do questionário, 342 estudantes do 1º ao 4º ano do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - UNESP dos períodos noturno e diurno.

O Gráfico 1 apresenta a participação dos alunos em relação aos seus períodos.

**Gráfico 1 - Ano de curso**

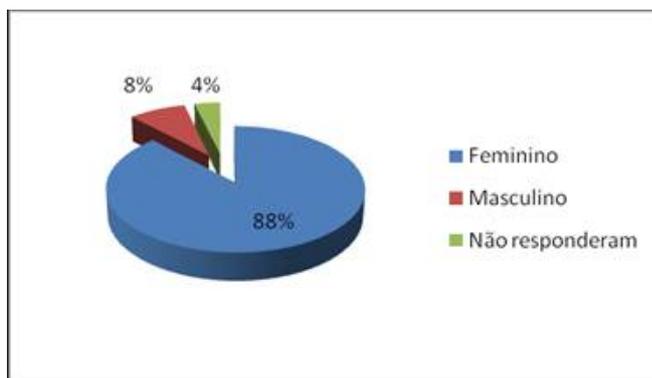


**Fonte:** Dados da pesquisa.

Como se pode observar no Gráfico 1, 40% dos participantes é do 1º ano, 24% do 4º ano, 19% do 2º ano e 17% do 3º. Os discentes foram convidados a participar respondendo ao questionário, sendo que foi frisado que somente o deveriam fazer por livre iniciativa, e se se sentissem à vontade para tanto. Na realidade, foi empregada a amostragem de conveniência, isto é, os indivíduos que estavam disponíveis e receptivos a participar do estudo.

Outro aspecto investigado no presente estudo foi referente ao sexo dos participantes. Os dados obtidos quanto a este aspecto encontram-se demonstrados no Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Sexo dos participantes**

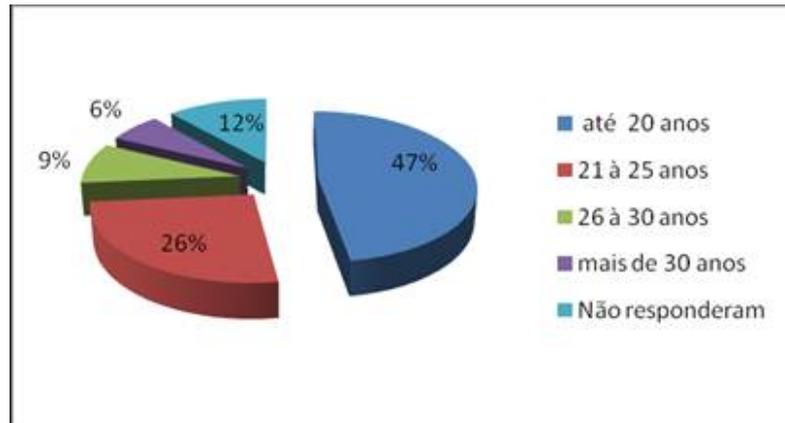


**Fonte:** Dados da pesquisa.

Pode-se visualizar no Gráfico 2 que 88% dos participantes são do sexo feminino, enquanto que somente 8% do sexo masculino. 4% não responderam.

Em relação à faixa etária dos participantes os dados encontram-se mostrados no Gráfico 3.

**Gráfico 3 - Faixa etária dos participantes**



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Pode-se verificar que 47% dos participantes têm até 20 anos, isto é, quase a metade deles. Dos 21 aos 25 anos temos 26% dos respondentes, o que indica 73% de jovens.

Na segunda etapa da presente pesquisa, que foi a participação no curso de formação inicial em sexualidade, dos 42 participantes, 93% eram do sexo feminino e 7% do sexo masculino.

### **Local**

Este estudo foi realizado na cidade de Araraquara, mais precisamente nas dependências do *campus* da Universidade Estadual Paulista.

### **Instrumentos**

Foram empregados dois questionários fechados. O primeiro combina algumas perguntas abertas, tendo por objetivo investigar a compreensão dos discentes nos

aspectos da sexualidade infantil e das relações de gênero. Já o segundo, aplicado no primeiro dia de curso, contém situações problematizadoras de sexualidade, e era aberto.

### **Procedimentos de Coleta de dados**

Inicialmente, o coordenador do curso de Pedagogia foi contatado, sendo esclarecido dos objetivos da presente pesquisa, solicitando, assim, a anuência do mesmo a fim de que os pesquisadores contatassem os estudantes durante o período das aulas.

Com este aval, os alunos foram contatados e esclarecidos dos objetivos da presente pesquisa, e solicitada a participação dos mesmos respondendo a um questionário. Nesta ocasião foram informados que seria elaborado, a partir da análise dos questionários, um curso de intervenção direcionado aos mesmos com o intuito de prepará-los para compreender e lidar com as temáticas da sexualidade.

O curso foi oferecido inicialmente somente aos alunos do 4º ano, contudo, como alguns discentes do 3º solicitaram, foi oferecido a eles também.

O curso foi traçado para se realizar em 10 encontros presenciais, com algumas atividades virtuais na plataforma moodle, sendo, portanto de natureza semi-presencial. As atividades virtuais consistiram de: fórum de discussão, *chats*, vídeos, atividades, entre outros.

Os assuntos trabalhados foram: história da sexualidade, conceitos de sexualidade e educação sexual, como implementar a educação sexual, desenvolvimento psicosexual, sexualidade infantil, violência sexual, adolescência e sexualidade e deficiências. Cabe destacar que o foco do curso foi preparar os discentes para o trabalho de educação sexual, principalmente para trabalharem com crianças e adolescentes, devido a natureza do curso de Pedagogia, que forma profissionais para trabalhar com as séries iniciais do ensino fundamental e educação infantil.

### **Procedimentos de Análise dos dados**

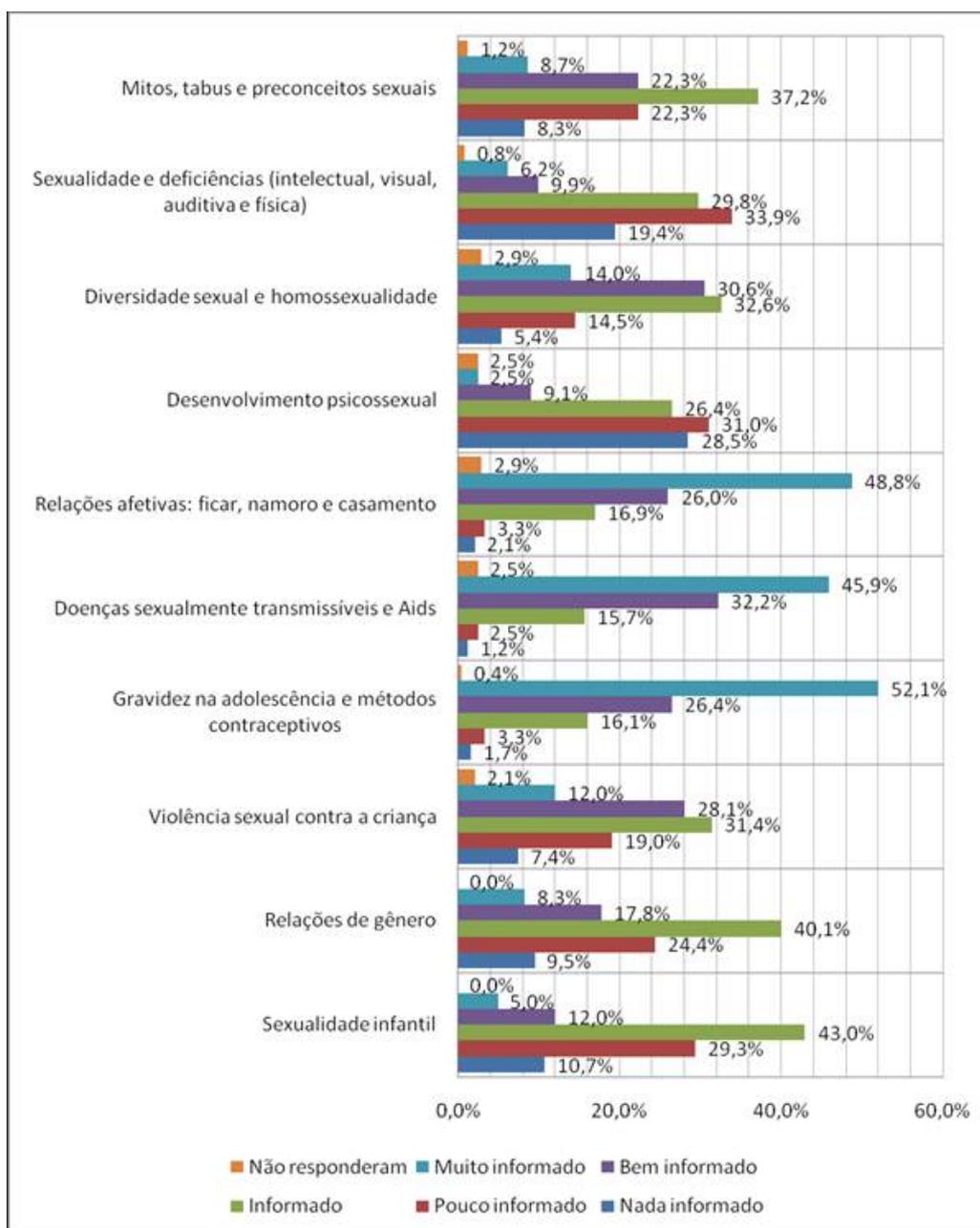
De posse dos questionários, as perguntas fechadas foram submetidas à análise estatística. Esta análise foi efetuada pela Empresa Jr, grupo vinculado à Universidade Federal de São Carlos, constituído por um estatístico e alunos de Estatística, o qual presta serviços de assessoria nesta área. Já as perguntas abertas, tanto do primeiro,

quanto do segundo questionário, foram analisadas qualitativamente e agrupadas em categorias de análises.

## Resultados e discussão

A primeira questão buscou saber como os participantes se consideram informados em relação a diferentes temas da sexualidade, indo de “Nada informado” até o “Muito informado”. Os resultados obtidos nesta questão podem ser visualizados no Gráfico 4.

**Gráfico 4** - Informação sobre diferentes temas de sexualidade



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Nota-se no Gráfico 4 que em relação aos assuntos que os participantes se consideram **muito** informados tem-se: Gravidez na adolescência e métodos contraceptivos (52,1%), Relações afetivas (48,8%) e Doenças Sexualmente transmissíveis e Aids (45,9%).

Em estudo anterior, Leão (2009) obteve os mesmos resultados. Segundo ela, provavelmente isso é devido à educação sexual que os discentes tiveram em situações anteriores à faculdade, porquanto geralmente o enfoque é o biológico, com ênfase na prevenção da gravidez na adolescência e no ensino acerca dos métodos contraceptivos.

Os assuntos que os participantes referiram serem informados são: Sexualidade infantil (43%), Relações de gênero (40,1%) e Mitos, tabus e preconceitos da sexualidade (37,2%), sendo que este último tópico obteve também o percentual de 22,3% no escore **bem informado**.

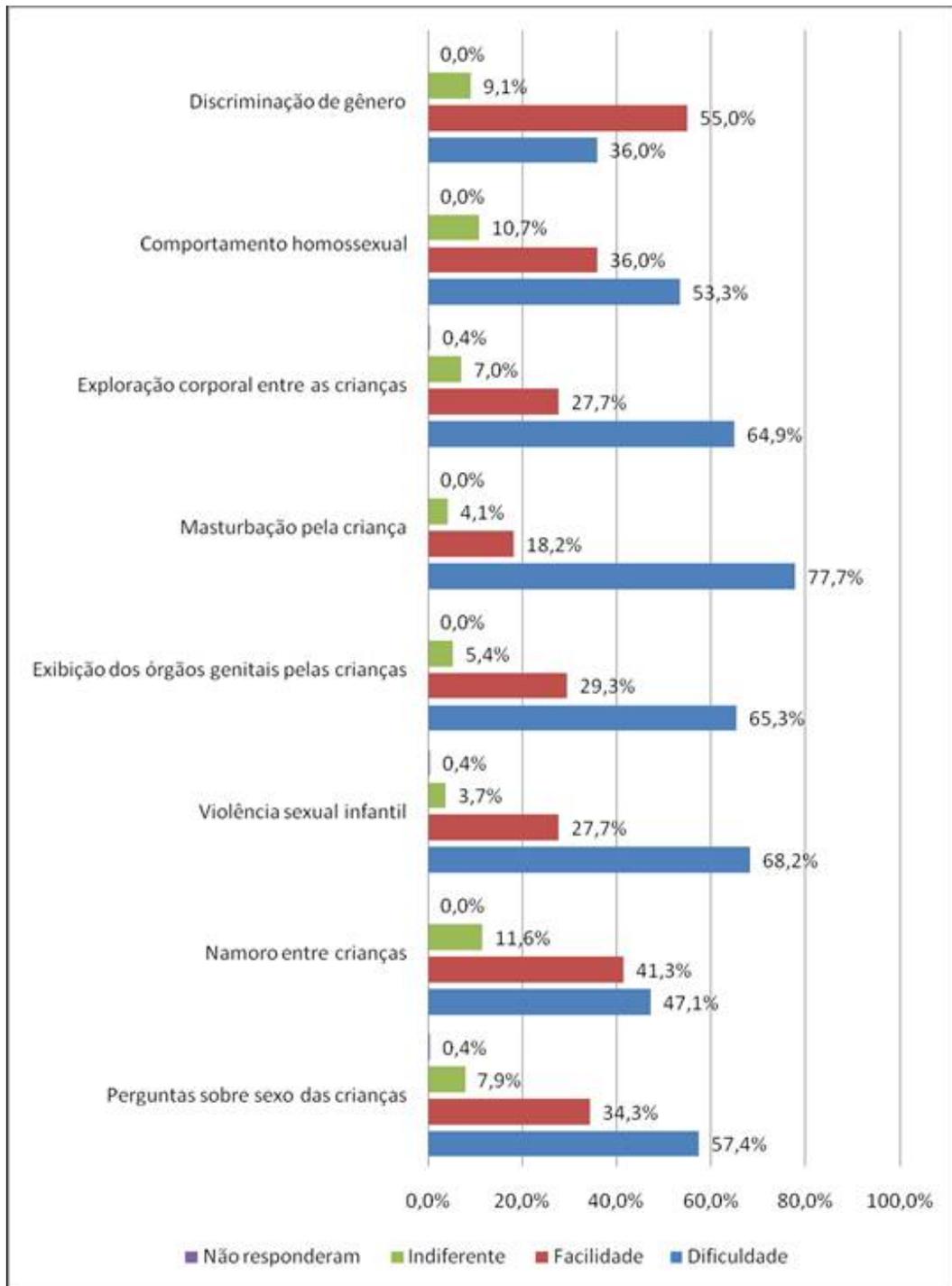
Mas, contraditoriamente, é elevado o percentual de sujeitos com falta de conhecimento sobre sexualidade na infância: 40%, sendo 29,3% no escore **pouco informados** e 10,7% no **nada informados**. Considerando que os discentes irão atuar na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, é imprescindível que sejam devidamente formados e informados sobre sexualidade infantil, inclusive porque é na escola que se manifestam atitudes e comportamentos, surgem perguntas, brincadeiras e curiosidade de cunho sexual entre as crianças.

Já quanto à “Diversidade sexual e homossexualidade” 32,6% dos participantes referiram que estão informados, enquanto que 30,6% bem informados. Acreditamos que, por ser uma questão veiculada com regularidade na mídia, o nível de informação dos discentes seja maior. O que pode até ser considerado como positivo, pois é importante que a diversidade sexual seja problematizada em sala de aula. O estudo de Leão (2009) aponta que o preconceito e o desconhecimento sobre a diversidade sexual e a homossexualidade são comuns no meio universitário. Maia e Ribeiro (2011) dizem que a diversidade sexual é um tema de cidadania e direitos que requer o aprendizado de uma prática pedagógica compromissada com a sociedade na qual vigore, entre outros, o respeito mútuo. Na escola todos devem ser acolhidos independentemente de suas práticas sexuais.

Quanto à “Sexualidade e deficiências (intelectual, visual, auditiva e física)”, tem-se que mais de 50% dos discentes consideram-se nada ou pouco informados em relação ao tema. Falar de sexualidade por vezes é visto como um assunto complicado que, associado à deficiência é considerado algo polêmico, e geralmente subsidiado pelo preconceito e pela discriminação. A sociedade não costuma ser condescendente em relação ao comportamento social e sexual das pessoas com deficiência, ainda que a literatura esclareça que ter deficiências não implica em ter uma sexualidade deficiente. Em linhas gerais, a sociedade encara a sexualidade das pessoas com deficiência como proibida. Por um lado é compreendida como angelical, infantil ou inexistente; por outro, é uma sexualidade instintiva, agressiva, animalesca e incontrolável (MAIA; MAIA, 2005). Em seus estudos (MAIA; MAIA, 2005, 2006, 2012) a pesquisadora denuncia a carência de informação dos profissionais para receber e orientar as pessoas com deficiência sobre sexualidade, especialmente devido a uma formação deficitária em relação a este assunto. Ela complementa referindo que estes profissionais geralmente apresentam valores preconcebidos, sendo que suas concepções não são fundamentadas na literatura científica ou em reflexões acadêmicas (formação na graduação), ao contrário, se apóiam, na maioria das vezes, em informações baseadas no senso comum, porquanto raramente são discutidas em sua formação inicial. O que reforça que é um assunto que deve ser tratado com os futuros professores.

Outro assunto que os discentes referiram serem pouco informados (31%) e nada informados (28,5%) foi o Desenvolvimento psicosssexual. Falta formação das diferentes etapas e da relevância deste assunto para a formação discente. Tratar do desenvolvimento psicosssexual tem como diferencial eles perceberem que a libido, o desejo e a pulsão sexual são intrínsecos ao ser humano, portanto pode-se dizer que devem naturalmente ser abordados.

Em outra questão foram apresentadas aos respondentes diferentes situações na qual eles deveriam dizer se teriam dificuldade, facilidade ou seriam indiferentes quanto a lidar com uma série de assuntos, cujos resultados estão expostos no Gráfico 5.

**Gráfico 5 – Lidando com situações de sexualidade**

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Analisando o Gráfico 5 pode-se constatar que os assuntos que eles referiram ter mais dificuldade em lidar foram: masturbação pela criança (77,7%), seguido da violência sexual infantil (68,2%), exibição dos órgãos genitais pelas crianças (65,3%) e exploração corporal entre as crianças (64,9%). É possível que esta dificuldade deva-se

ao mito da criança inocente e pura, e a visão dela se masturbando ou exibindo o órgão genital contraria a imagem culturalmente introjetada.

De modo geral, a sexualidade das crianças é um assunto de difícil abordagem por não ser aceita pelo adulto. As manifestações de sexualidade estão entre as ocorrências mais aflitivas do cotidiano escolar para a maioria dos professores e isto ocorre porque eles não sabem lidar com elas (MAIA; MAIA, 2005; LEÃO; RIBEIRO, 2011). Os autores apontam que entre as manifestações mais comuns estão a masturbação, que consiste na manipulação do pênis ou do clitóris a partir da descoberta e exploração do corpo e das partes que proporcionam prazer.

A exibição dos órgãos genitais e exploração corporal entre as crianças correspondem ao jogo sexual da criança na descoberta do seu corpo e do outro, importante treino para que desenvolvam sua sexualidade biológica e psicossocialmente. Na realidade, estes jogos ou brincadeiras sexuais são bem comuns entre as crianças de quatro anos, e são mais explícitos aos cinco e seis anos, mas tendem a cessar com o tempo (MAIA; MAIA, 2005). Os autores esclarecem que quando acontecem na escola é preciso que o professor saiba como orientar os alunos no sentido de esclarecer que elas são inapropriadas no ambiente escolar, embora proporcionem prazer. Com efeito, a escola tem regras e normas, as quais devem ser acolhidas. Aliás, se essas brincadeiras ocorrem com uma frequência considerável é preciso que o professor desenvolva algum trabalho formal e direcionado tratando este assunto.

Outra questão que os discentes apontaram terem dificuldade para lidar é quanto à violência sexual infantil. De fato, é um assunto complexo em que é preciso muita cautela, bom senso, responsabilidade, ética e sensibilidade para lidar. É necessário que o professor tenha embasamento científico para saber qual deve ser sua postura quando um aluno relata que é abusado, ou ainda, quando este dá sinais evidentes de que está sendo vítima da violência sexual (impassibilidade, super-excitação, choro excessivo, medo, nervosismo, etc.).

A violência sexual infantil é uma triste realidade que ronda diferentes instâncias sociais, entre elas, a escola, e por este motivo é preciso que seja tratado na formação dos futuros professores que poderão se deparar com crianças vítimas desta violência, e

[...] cabe aos alunos de Pedagogia, como futuros professores, aperceberem que lhes cabe serem agentes educacionais que atuem em prol das crianças, sendo preciso para tanto irem além das resistências psicológicas e emocionais que possam ter para abranger o tema da

sexualidade, porquanto uma das formas de prevenção das agressões é as crianças terem acesso à orientação sexual. (LEÃO, 2009, p.292).

É importante proporcionar ao professor uma formação profissional diferenciada, com um olhar solidário e cuidadoso e conhecimentos teóricos necessários para uma pronta intervenção. Maia e Maia (2005) e Leão (2009), salientam que é necessário se discutir a violência sexual com as crianças e adolescentes, esclarecendo-os do que seja, dando liberdade para ela manifestar suas dúvidas, curiosidades e receios sobre este e outros assuntos de cunho sexual. Com efeito, se eles tiverem um espaço aberto e acolhedor para que falem sobre sexualidade, se sentirão acolhidos para expor possíveis ocorrências de violência.

Outros assuntos que os respondentes fizeram menção que têm dificuldades para lidar são as perguntas sobre sexo feitas pelas crianças (57,4%), e a orientação homossexual (53,3%).

As perguntas que as crianças apresentam sobre diferentes conteúdos de sexualidade salientam a importância de ser um assunto tratado de forma aberta com elas, lembrando que é um aspecto intrínseco do ser humano. Conforme enfatizam Leão e Ribeiro (2011), as ações dos adultos de manter as crianças a distância desse tema não são suficientes para conter a curiosidade infantil, uma característica normal e saudável que elas apresentam.

Maia (2005a) elucida que o mistério que cerca o assunto é que expõe as crianças a muitas dúvidas. Portanto, a grande questão é o adulto possibilitar que elas manifestem suas curiosidades, e que este, por sua vez, as auxilie de modo a saná-las. O adulto deve respeitar o nível cognitivo da criança e empregar uma linguagem de fácil compreensão.

O professor deve se preparar para saber como lidar com as curiosidades, dúvidas, perguntas, brincadeiras, enfim, com as manifestações de sexualidade das crianças. Como elucida Maia (2005a), questões como o nascimento dos bebês, as diferenças entre meninos e meninas, relações afetivas, beijos, entre outros, chamam a atenção da criança que se sente instigada a procurar respostas para suas questões. Cabe a este profissional as auxiliar neste sentido respondendo às perguntas que elas formulam.

No tocante ao comportamento homossexual, é comum no contexto escolar que o menino que tenha preferências por companhias femininas nas brincadeiras, que escolha brinquedos considerados mais adequados para o universo feminino, e que são crianças

meigas e afetuosas sejam rotulados como sendo homossexuais ou que tenham inclinação para a homossexualidade. Igualmente, há casos de professores utilizarem a homossexualidade como mote para brincadeiras, piadas, músicas, apelidos e tratamentos vexatórios. Na verdade, não há comportamentos que sejam indicativos de homossexualidade apenas porque a sociedade construiu um referencial do que seja apropriado para meninos e meninas. Cabe ao professor fazer a devida suspensão das práticas excludentes e do *bulying* em sala de aula, por meio de uma educação que instigue o respeito e acolhimento entre os alunos.

A discriminação de gênero (55%) é o único assunto em que a maioria dos respondentes mencionou apresentar facilidade para tratar. E o namoro entre as crianças foi uma das questões em que o quantitativo das respostas foi semelhante: 47,1% dos respondentes disse ter dificuldade para tratar enquanto 41,3% relatou é tema fácil de lidar.

O namoro entre as crianças pode ser enquadrado nas brincadeiras sexuais, algo corriqueiro e peculiar da infância, sobretudo na fase da descoberta do corpo, merecendo atenção maior se for entre uma criança bem nova e outra bem mais velha.

A partir desta análise, então, considerando a ausência de uma formação em sexualidade que cubra as lacunas apontadas nesta pesquisa, pensamos em oportunizar aos alunos e alunas de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara um curso de formação inicial que abordasse distintos aspectos da sexualidade.

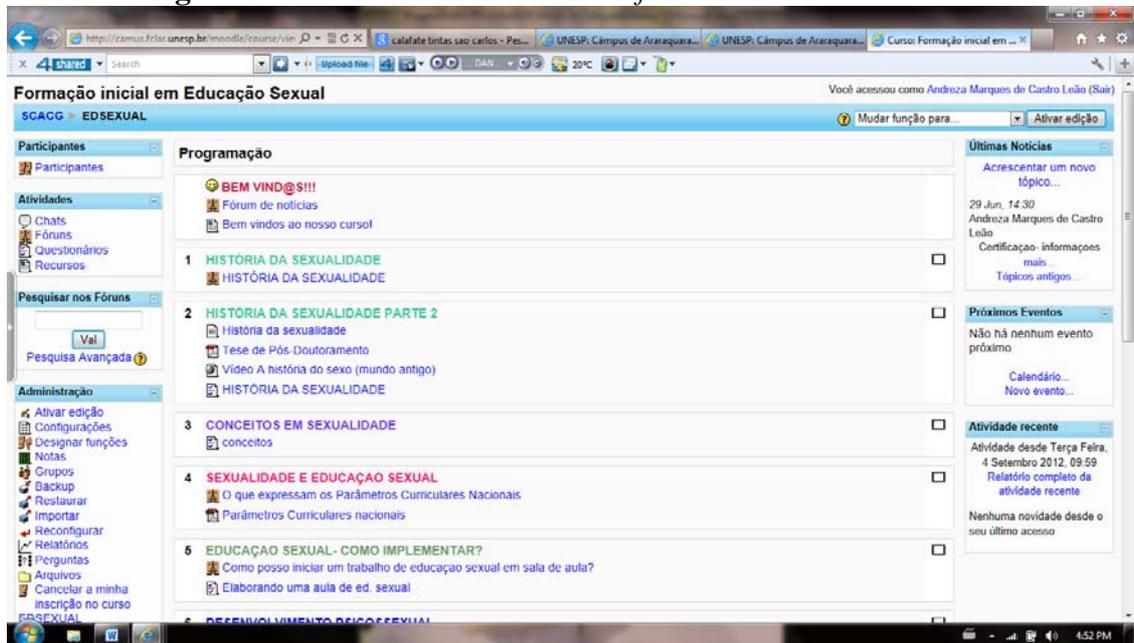
A pesquisa possibilitou constatar que os assuntos que careciam de uma formação mais peculiar eram: conceitos em sexualidade (sexo, sexualidade e relações de gênero); educação sexual - o que é e como implantar; sexualidade infantil; violência sexual infantil; adolescência e sexualidade; e sexualidade e deficiências.

Em linhas gerais, a idéia foi oferecer um curso de caráter semipresencial, com aulas presenciais e com atividades que pudessem ser realizadas no espaço virtual, no caso a *Plataforma moodle*, em horários que tivessem disponibilidade para participar de fóruns de discussão, realizar atividades, assistir a vídeos, ler os textos sugeridos, se aprofundando nas temáticas discutidas, de maneira a obter um embasamento teórico para a futura prática docente.

O curso foi divulgado por meio do site da faculdade e voltado para os alunos e alunas que estão para concluir o curso, todos do 3º e 4º ano, que receberam o convite para participar do mesmo. Tivemos 38 cursistas e 40 horas de duração, com realização nos meses de agosto a outubro de 2012.

Entre o elenco de temas, optou-se por trabalhar primeiro a História da sexualidade, de modo a esclarecê-los como foi a construção história da repressão, dos mitos, tabus e preconceitos de cunho sexual tão presentes nos dias de hoje.

**Figura 1** - Interface do curso na *Plataforma moodle*



**Fonte:** Moodle (2012).

O primeiro assunto abordado no curso foi acerca da História da Sexualidade na Antiguidade (Egito, Grécia e Roma), empregando para a apresentação slide em Power Point. Os cursistas ficaram interessados ante a exposição oral, participando ativamente da mesma por meio de perguntas e comentários. Ao término da exposição foram repassadas as informações iniciais.

No segundo encontro o tema abarcado foi a História da Sexualidade na Idade Média, Moderna e Contemporânea, desvelando como foi a construção histórica e cultural da sexualidade ao longo dos séculos.

Ao término da apresentação oral, os cursistas foram divididos em grupo e cada um deveria elencar os aspectos que consideraram mais relevante sobre a História da Sexualidade e por que. Ademais, deveriam discutir o legado da sexualidade ao longo da história.

Para os cursistas, os aspectos mais interessantes foram: a pederastia; a evidencia e importância do pênis na iconografia, nos vasos, quadros e portais das cidades da

Antiguidade; a sexualidade da mulher em Roma; os direitos da mulher no Egito; as atitudes e comportamentos sexuais da Idade Média.

No terceiro encontro, o tema tratado foi “*Conceitos em Sexualidade*”. Para iniciar a apresentação do *power-point* os cursistas tiveram de responder, desenhar ou sintetizar em uma frase a seguinte questão: O que é a sexualidade para você?

Em vista das diferentes respostas optou-se por apresentá-las em categorias.

#### *Relacionada a sexo:*

“A sexualidade relaciona-se ao ato sexual, é algo presente e inevitável” - C12

“Sexualidade relacionado ao ato sexual”- C9

“Conceitos e atos relacionados ao ato sexual e suas derivações, sejam eles carnais ou não” - C3

Nesta primeira categoria nota-se que para alguns participantes a sexualidade está relacionada à relação sexual. De fato, é comum esta associação. Contudo, a sexualidade extrapola isso, como declarou o participante C-19: “A sexualidade vai além do sexo, não existindo só um tipo. Serve para que tenhamos autonomia quanto à relação sexo/prazer [...]” Ou seja, a sexualidade abarca relações de gênero, relações afetivas, o erotismo, a sensualidade, enfim, é um conceito mais amplo que o sexo.

#### *Vinculado à libido e à sensualidade:*

“Sexualidade é prazer, magia e libido” - C1

“Sexualidade relaciona-se a roupas sensuais, comportamento físico com o intuito ‘atrativo’”- C13

Para estas participantes a sexualidade está vinculada à libido, à sensualidade, a comportamentos e atitudes sexuais, assim como, à relação sexual. Ou seja, é uma visão mais ampla e abrangente da sexualidade.

#### *Intrínseco a constituição do homem*

“Sexualidade é presente e inevitável na vida de todos os seres munidos de genitais”- C4

“Faz parte do homem, todos temos impulsos” - C10

Neste encontro foram discutidos com os cursistas diferentes conceitos: sexo, sexualidade, relações de gênero, homossexualidade, homofobia e diversidade sexual.

No encontro seguinte foi trabalhado o que é a educação sexual, seus objetivos, a relevância de sua abordagem pela escola, buscando desmistificar as percepções de senso

comum vigente na sociedade que trabalhar com sexualidade é instigar uma prática sexual precoce, aceitar tudo que diz respeito à sexualidade, até mesmo sua banalização.

Igualmente, buscou-se enfatizar o papel do professor na implementação da educação sexual, destacando a necessidade do respeito pelas opiniões manifestas dos alunos, de que não deve emitir juízos de valor, porquanto deve passar informações adequadas do ponto de vista científico, abordando conteúdos adequados à faixa etária dos alunos, sem expor sua intimidade, tampouco a dos alunos, transmitindo confiança e disponibilidade a eles, entre outros.

Já no quinto encontro foi trabalhado com os discentes como programar a educação sexual. Antes de iniciar a exposição da aula solicitamos aos cursistas que colocassem em uma caixa perguntas e dúvidas que tivessem quanto à educação sexual. Na exposição oral, os pesquisadores apresentaram os blocos de conteúdo dos Parâmetros Curriculares Nacionais, frisando o que pode ser trabalhando na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

No sexto encontro foi trabalhado o desenvolvimento psicosssexual, isto é, foi apresentado os conceitos das fases do desenvolvimento: fase oral, fase anal, fase fálica, período de latência e fase genital, e dentro disso, o Complexo de Édipo, Complexo de Electra, os mecanismos de defesa do ego, os conceitos de libido, id, ego e superego, e a aplicação da teoria psicanalítica à educação.

No sétimo encontro, o tema proposto foi da Sexualidade Infantil. Inicialmente os pesquisadores mostraram as concepções equivocadas que se têm sobre o assunto, buscando instigar a reflexão dos participantes acerca deste assunto.

No oitavo encontro, o assunto tratado foi Violência Sexual Infantil, em que os cursistas foram esclarecidos sobre que é a violência sexual, o abuso sexual, os tipos que existem, a pessoa do abusador, os estágios do aliciamento, os mitos que tem sobre este assunto, os sinais comportamentais, corporais e psicológicos presentes nas vítimas do abuso sexual, assim como, as formas de prevenção e como fazer a denuncia, entre outros. E foi o encontro em que os participantes mais se manifestaram.

No nono encontro, o assunto abordado foi “Conflitos e Dilemas da Adolescência: Implicações Sociais e Educacionais”. Os pesquisadores buscaram na exposição oral problematizar os aspectos importantes e inerentes à fase da adolescência, sendo estes: os aspectos psicológicos (luto pela infância, angústia existencial, inseguranças, medos, entre outros); as transformações físicas, cognitivas e psíquicas; em suma, as características peculiares desta fase: busca da identidade; tendência grupal;

crise religiosa; atitude social reivindicativa e contestatória; condutas contraditórias; flutuações do humor; separação progressiva dos pais; necessidade de intelectualizar e fantasiar, e as vivências de temporalidade.

No último encontro foi problematizada a sexualidade e a deficiência.

Em relação à primeira pergunta problematizadora, quando deve iniciar a educação sexual, antes do início do curso alguns cursistas relataram que deve ser desde quando a criança consiga entender, por volta dos 3 anos a 4 anos de idade. Outros cursistas mencionaram que deveria iniciar no ensino fundamental, a partir do 3º ano e 4º ano, mas precisamente no início da adolescência, por volta dos 10 a 12 anos. Já outros referiram que deve começar a partir da necessidade do aluno seja na infância ou na adolescência, somente quando começa a manifestar interesse pelo assunto. Percebe-se na resposta dos discentes que a educação sexual não é percebida como algo importante para o desenvolvimento da criança, devendo sua abordagem ocorrer somente quando a criança manifestar curiosidade, e foi justamente isso que o curso buscou trabalhar com os cursistas, a necessidade da educação sexual pelo prisma do direito das crianças.

No término do curso as respostas desta mesma questão foram um pouco diferentes, sendo que os discentes destacaram que a educação sexual deve se iniciar na educação infantil, desde os primeiros anos da vida do indivíduo, de forma lúdica, respeitando o nível cognitivo da criança, porquanto é muito importante que sejam esclarecidas para seu desenvolvimento. Como destaca uma cursista: “a criança tem o direito de conhecer seu corpo”- C13.

A questão seguinte enfatizava os PCN, perguntando quais são os blocos de conteúdos do tema transversal orientação sexual. Antes do curso em si os discentes relataram que não sabiam quais eram estes blocos, sendo que alguns esboçaram alguma resposta, sendo esta: conteúdos sobre conflitos na adolescência, modificações corporais, a relação com o ambiente, identidade e pluralidade. Sabe-se que na realidade estes assuntos podem ser abarcados nos blocos, mas não correspondem de fato aos seus conteúdos. Muitos deles referiram que não sabiam dizer por ser um assunto que não foi abrangido com eles.

Ao término do curso, os participantes conseguiram fazer menção aos blocos de conteúdos: Corpo - matriz da sexualidade, DSTs e Aids e Relações de gênero.

Prosseguindo nossa análise, o questionário também apresentava uma pergunta problematizadora com um enunciado afirmando que a educação sexual, no contexto escolar, é uma forma de atenuar problemas de cunho sexual – gravidez na adolescência,

doenças sexualmente transmissíveis, aborto, homossexualidade, dentre outros. A partir deste enunciado os participantes deveriam dizer se concordavam ou não, e por que.

Segundo eles, este trabalho tem um cunho preventivo, como meio de remediar problemas, como declara C17: “muitos desses problemas poderiam ser evitados se o indivíduo tivesse o conhecimento a respeito de sua prática, tornando mais responsável pelos seus atos, pois consegue identificar as consequências”. Outros sujeitos responderam: “a informação e o conhecimento contribuem para a prevenção”- C30; “acredito que a educação sexual não apresenta um cunho somente preventivo, se tratando de uma educação para a vida e não algo diretivo”- C9; “a sexualidade vai muito além desse cunho preventivo e biológico”- C20.

De fato, a literatura especializada tem apontado que a educação sexual escolar também é preventiva, mas vai além e é um direito do aluno o acesso a este saber. Mais: este conhecimento não pode se restringir à solução de problemas, uma questão de cidadania e direitos (MAIA; RIBEIRO, 2011; RIBEIRO, 2013).

A quarta questão investigou o conhecimento dos discentes sobre as fases do desenvolvimento psicosssexual. A importância delas é que fazem parte do desenvolvimento normal do ser humano. A maioria dos discentes não soube responder e os que tentaram disseram: fase oral e anal, outros, fase de latência, edípica, pré-adolescente, enfim, como pontuou um cursista: “não recordo de outras nomenclaturas, mas sei que é o complexo de castração, depois o de Édipo e o de sublimação” (sic) - C33. Foi possível observar nesta pergunta que a maioria dos participantes não tinha sequer noção destas fases e os que tinham não sabiam dizer ao certo quais eram. Ao final do curso, no entanto, os participantes já souberam elencar estas fases do desenvolvimento.

A questão seguinte investigava como os participantes responderiam a um aluno da educação infantil sobre concepção. A maioria dos participantes antes do curso ficou em dúvida de como deveria responder, referindo apresentar receio e vergonha de tratar este assunto. Além disso, é possível perceber nas falas deles o temor de denegrir a inocência da criança, e o uso de fantasias para explicar, como declara C11: “falaria que eles nasceram de uma sementinha que foi colocada na barriga da mamãe”. Outro aspecto que foi possível notar é a menção somente ao parto cesareano, como comenta um cursista: “você nasceu da barriga da mamãe. No começo você era bem pequenininho [...] Aí você nasceu, sua mãe foi ao médico e tirou você da barriga”- C7.

Após o curso, foi possível notar uma mudança considerável na posição dos participantes, que fizeram menção em buscar identificar as concepções que as crianças apresentam quanto a este assunto, usar livros didáticos de maneira a encontrar subsídios para lidar de forma lúdica com os alunos, respeitando o nível cognitivo da criança, sem mentir ou omitir informações, assim como, não fazer uso de concepções fantasiosas. Ademais, compreenderam que é um assunto que deve atingir tanto os os alunos da educação infantil quanto do ensino fundamental.

Foi apresentada outra situação problematizadora, na qual uma criança de 4 anos está mostrando em sala de aula o órgão genital para um/a colega. A pergunta indagava os participantes de como o professor poderia trabalhar esta situação. Antes do curso a maioria dos participantes se mostrou constrangido de falar no assunto, sem saber como agir. Aliás, alguns mencionaram que chamariam a atenção do aluno, já outros referiram que solicitariam a presença dos pais para conversar na escola. É uma situação corrente em sala de aula, descrita na literatura (LEÃO; RIBEIRO, 2011), em que professores não sabem como lidar.

Ao término do curso, os participantes mudaram sua postura e mencionaram que iriam explicar que todos têm seu órgão genital, é algo de foro íntimo que não precisa ser exposto, e o fariam de forma a não traumatizar o aluno, tampouco expô-lo perante os demais colegas. Alguns relataram que iriam aproveitar para trabalhar com as crianças o conceito de público e privado, o que deve ser feito abertamente ou não na sociedade, inserindo as manifestações e atitudes sexuais nas regras sociais.

Outro assunto investigado foi **Relações de gênero**. Aos participantes foi feita uma pergunta sobre qual a postura que teriam se um aluno do ensino fundamental apresentasse características que normalmente não são atribuídas para meninos, sendo que ele está sendo apelidado de “bichinha” pelos colegas por não gostar de jogar futebol, porque só brinca com meninas, etc.

Em relação a esta questão específica, antes mesmo da realização do curso, os sujeitos disseram que iriam abordar as relações de gênero em sala de aula, esclarecendo os alunos de que não há atitudes e comportamentos específicos para meninos e para meninas, tampouco brinquedos, brincadeiras e atividades. Acrescentaram que é relevante os professores discutirem com os alunos a questão do respeito, problematizando e discutindo o emprego de apelidos vexatórios, não coadunando com esta prática, insistindo para que isso seja abolido.

Leão (2012) chama atenção para a importância do cuidado com o que é colocado como ‘natural’ na sociedade, principalmente porque muitas práticas e comportamentos sexistas são vistos como algo comum na sociedade, como se fosse algo admissível. Ela acrescenta que a escola reflete o sexismo construído historicamente e que perpassa a sociedade, reproduzindo e robustecendo os preconceitos e as vantagens de um gênero sobre o outro:

As disparidades existentes nas relações de gênero é um dos fatores que justifica a necessidade da inserção da orientação sexual na escola, sobretudo, porque pode representar um espaço de romper com o binarismo infligido na sociedade quanto ao masculino e o feminino, auxiliando na elaboração das identidades dos alunos. (LEÃO, 2012, p.48).

Outra questão contida no questionário indagava se os cursistas ignorariam ou tomariam alguma atitude se percebessem que um aluno da sua classe demonstrasse ser homossexual. Antes da implementação do curso, alguns participantes comentaram que não iriam fazer qualquer interferência a menos que o aluno tivesse algum problema com a turma, como por exemplo, fosse alvo de preconceito e discriminação. Outros expressaram que iriam trabalhar este assunto em sala de aula. Mas muitos alegaram que não saberiam como agir em uma situação dessas.

Ao final do curso, os pesquisadores puderam observar mais segurança na resposta dos discentes, ainda que não tenham sido respostas tão adequadas, pois alguns apontaram que iriam chamar o aluno para conversar em particular ou chamariam os pais, entre outras. É assunto que necessita de mais estudo e informação. Contudo, de modo geral houve um avanço na forma de lidar com esta situação, como sugere esta resposta: “a ideia é agir com naturalidade, pois cada um sabe o que gosta e o respeito deve preponderar neste momento” - C 23.

A questão problematizadora sobre as evidências de um aluno estar sendo abusado sexualmente suscitou, antes do curso, respostas bem objetivas e pontuais. Segundo os sujeitos, as evidências são: alterações no humor e comportamentais, marcas ou dores nos órgãos genitais, mudanças no corpo, interesses pelas relações sexuais e desinteresse pelas atividades escolares. Já após o curso, as respostas foram mais abrangentes e incluíram: mudanças corpóreas, comportamentais, físicas e psicológicas (isolamento, depressão, irritabilidade, agressividade, timidez ou espontaneidade fora do comum à personalidade da criança, crises de identidade, entre outros).

É relevante o professor estar atento a tais sinais para se aproximar do aluno e tentar auxiliá-lo. Também importante é o profissional da educação saber como agir diante da situação do abuso sexual, como fazer a denúncia aos órgãos competentes sem expor o aluno novamente a situação do abuso, sem expor sua intimidade, sem desacreditá-lo, enfim, é preciso estarem preparados para atuarem diante deste complexo assunto, acolhendo o aluno, e foi com este intuito que o mesmo foi trabalhado durante o curso.

Continuando, outra pergunta do questionário solicitava que os participantes listassem as principais mudanças peculiares à fase da adolescência. Antes do curso, os aspectos mais apontados foram as mudanças corporais: pelos nas axilas, aumento dos órgãos genitais, mudança na voz, espinhas e interesse por relações sexuais, com algumas menções às mudanças psicológicas, como as inquietações pertinentes a esta fase da vida. No final do curso as respostas foram acrescidas de mudanças comportamentais, psíquicas e sociais, mais explicitadas e abrangentes.

A última pergunta do questionário indagava, provocativamente, se as pessoas com deficiência apresentavam sexualidade exacerbada. Alguns sujeitos concordaram com esta afirmativa, explicando que isso ocorre principalmente com pessoas que apresentam deficiência intelectual, como exemplificamos nos dizeres de um deles: “não sei a respeito da sexualidade dos deficientes, mas tomo como um pouco de verdade, pois já ouvi muito esta afirmação”- C13. Esta frase ilustra que os discentes não tiveram formação no assunto e o conhecimento que apresentavam sobre sexualidade dos deficientes era baseado no senso comum. Outros não concordaram com esta frase, como na resposta seguinte: “acredito que essa visão em relação ao deficiente é um pouco preconceituosa e exacerbada. Essa característica é mais destacada no deficiente, mas existem pessoas sem deficiência que também apresentam a sexualidade aguçada”- C3. Este participante considera que tanto as pessoas com deficiência quanto os sem deficiência podem apresentar uma sexualidade mais aguçada. Ao final do curso, os sujeitos apontaram que, na realidade, o que ocorre é que as pessoas com deficiência “não apresentam uma sexualidade exacerbada, todas são normais sexualmente, porém não são trabalhadas como deveriam” - C14. Ou seja, o que falta é um trabalho sistemático e contínuo de educação sexual que possibilite a aquisição de processos, atitudes e conhecimentos que permitam uma vida sexual prazerosa e saudável (MAIA; RIBEIRO, 2009).

A última questão proposta perguntava aos participantes quais as contribuições obtidas e se havia críticas a serem feitas. Segundo eles, as contribuições foram possibilitar o contato deles com a temática da sexualidade, porquanto o curso de Pedagogia da FCLAr não oportuniza disciplinas de cunho sexual, sejam elas obrigatórias ou optativas (LEÃO, 2009, 2012).

Os participantes tecerem vários elogios à maneira como o curso foi conduzido e a qualidade dos textos, slides, vídeos, filmes e atividades propostas. Além disso, relataram que as vivências e dinâmicas trabalhadas no curso foram muito elucidativas, pensando em estratégias de implementação da educação sexual. Comentaram ainda que o curso foi de extrema importância para a formação profissional dos mesmos. Nas palavras de alguns participantes, “o curso colaborou para a minha formação, trazendo novos conhecimentos e interesse em aprofundar sobre o assunto”- C4; “achei o curso acima de tudo essencial para a minha formação enquanto educadora” - C11; “o curso foi muito válido para o entendimento do assunto que é muito pouco tratado, mesmo dentro de uma licenciatura em Pedagogia”- C26; “o curso foi muito bom, esclareceu muitos assuntos. Todo professor da rede de ensino deveria ter que participar”-C29; “o curso foi de extrema importância para minha formação, me abrindo portas e esclarecendo muitas dúvidas”- C17; e “o curso acrescentou muito conhecimento necessário a minha formação como professora e pessoa, mudou a minha forma de pensar e me ajudou a perceber que antigos preconceitos eram falta de conhecimento”- C31.

Alguns mencionaram, antes do curso, que optaram por fazê-lo pela necessidade da certificação, mas durante o mesmo perceberam a relevância de se ter formação no assunto. Pode-se dizer que o curso instigou o interesse dos mesmos pela área da sexualidade, sobretudo porque alguns sujeitos após o mesmo se envolveram em pesquisas nesta área. Igualmente, três participantes ingressaram no Mestrado em Educação Sexual, oferecido na UNESP, e segundo relato deles, o interesse pelo aprimoramento na área se deve ao curso de formação inicial.

Já as críticas, segundo eles, foi que o curso de 40 horas é muito curto, haja vista a complexidade de distintos teores de sexualidade, e que alguns assuntos, como homossexualidade, conceitos em sexualidade deveriam ter sido mais explorados, em virtude da falta de formação que apresentavam.

### **Considerações finais**

A formação acadêmica, inicial, é o momento peculiar na formação do profissional, sendo a base. Neste sentido, é preciso uma base bem solidificada de maneira que o profissional tenha acesso ao conhecimento que necessita para uma prática pedagógica eficaz e diferenciada.

Considerando que a sexualidade é um assunto evidentemente presente na escola, é um conteúdo que deve ser tratado nesta formação, de modo que o profissional seja sensibilizado sobre a necessidade de sua abrangência, assim como preparado para saber como fazer.

Neste contexto, compete aos cursos de licenciatura, de modo geral, oportunizar espaços para disciplinas de Sexualidade e Educação Sexual, constituindo assim, um dos meios de proporcionar aos discentes uma formação mais específica no tocante a este assunto, porquanto é preciso muni-los de conhecimento científico.

Contudo, sabe-se que poucos cursos oferecem disciplinas voltadas a tratar este tema. A programação deste curso nasceu da demanda dos discentes manifestos em um questionário, o qual denuncia que alguns assuntos, como sexualidade infantil, relações de gênero, violência sexual contra a criança e o adolescente, continuam sendo tabu no meio universitário.

Em linhas gerais, pode-se dizer que este curso piloto, conseguiu alcançar seus intentos iniciais – formar e informar um grupo de alunos de Pedagogia acerca de Sexualidade e Educação Sexual. Foi possível constatar por meio do questionário com situações problematizadoras as alterações nas posturas e condutas dos mesmos antes e ao término do mencionado curso. Não obstante, é preciso que o mesmo seja aprimorado, tendo mais aprofundamento nas discussões teóricas propostas, aumentando a duração, ampliando quantitativamente a sua abrangência. Novas versões do curso estão sendo pensadas.

Portanto, cursos de extensão voltados a alunos de graduação é uma profícua oportunidade de estudo, formação e reflexão neste campo específico do conhecimento, particularmente porque as Instituições de Ensino Superior geralmente não contemplam disciplinas de sexualidade.

Vale frisar que o ideal é que haja disciplinas, sobretudo obrigatórias, pois é preciso que este tema seja devidamente tratado com os futuros professores. Na ausência de disciplinas, cursos de extensão poderiam preencher esta lacuna.

Posto isto, os cursos de licenciatura devem oportunizar espaços para estudos da sexualidade e de relações de gênero, constituindo, assim, um dos meios de proporcionar

aos discentes uma formação mais específica no tocante a esta área. Ao muni-los deste conhecimento, somado à reflexão e questionamento dos preconceitos e mitos existentes na sociedade, estaríamos contribuindo para a consolidação de propostas de ação em educação sexual na escola que atingiriam as seguintes dimensões (RIBEIRO, 2013): ampliação da noção de sexualidade, instrumentalização do futuro professor para lidar com as dificuldades geradas pelos preconceitos e mitos gerados pela cultura sexual, reflexão sobre atitudes e valores sexuais, e inserção da cidadania como um dos pilares para uma vida sexual plena.

### INITIAL TRAINING COURSE ON SEXUALITY: REPORT OF A PROPOSAL INTERVENTIONAL

---

**ABSTRACT:** *The present study aimed to identify the conceptions of students of a Pedagogy course about infantile sexuality and gender relations, checking the needs that they appointed concerning studies about sexuality and sex education in their graduation. Using this information, the authors implemented an interventional course. The instruments used for data collection were two questionnaires. 342 students participated in the first phase of the study, corresponding to the completion of the questionnaire. 38 people participated on the second step – applying the course. The issues they indicated as necessary in their course were: sexuality, sex education, child sexuality, sexual abuse, adolescence and sexuality and disability. Finally, the results of the course were very satisfactory, however, reveals how much we still need to do for training professionals to implement the work of sex education in the school context.*

**KEYWORDS:** *Sexuality. Sex Education. Gender relations. Teacher training.*

---

### REFERÊNCIAS

BEDIN, R. C. **A institucionalização do conhecimento sexual enquanto tema de investigação e ensino em universidades brasileiras a partir das ações de grupos de pesquisa.** 2010. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

BENITES, M. J. O. **Educação sexual e formação docente:** um estudo a partir de concepções discentes. 2006. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília, 1997.

BRASIL. Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 maio 2006, seção 1, p.11.

DESLAURIERS, J. P. **Recherche qualitative**: guide pratique. Montreal: McGraw-Hill, 1991.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de educadores sexuais**: adiar não é mais possível. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

KOERICH, M. C. T. **História de uma presença-ausente**: sexualidade e gênero em currículos de Pedagogia. 2007. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

LEÃO, A. M. C. **A percepção dos (as) professores (as) e coordenadores(as) dos cursos de Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo**: analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência. 2012. 259f. Relatório de Pós-Doutorado (Sexologia e Educação Sexual) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

\_\_\_\_\_. **Estudo analítico-descritivo do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos**. 2009. 343f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

LEÃO, A. M. C.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual e formação continuada de professores: uma estratégia para a prática pedagógica em sala de aula. **Elo**: Revista do Centro de Formação Francisco de Holanda, Braga, v.19, p.55-61, 2012.

\_\_\_\_\_. Sexualidade sem trauma: trabalhando gênero e corpo com crianças de uma escola municipal de educação infantil. In: MONTEIRO, S. A. I. et al. (Org.). **Educações na contemporaneidade**: reflexão e pesquisa. São Carlos: Pedro & João, 2011. p.265-82.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAIA, A. C. B. A educação sexual de pessoas com deficiência intelectual. **ELO**: Revista do Centro de Formação Francisco de Holanda, Braga, v.19, p.103-108, 2012.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e deficiências**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. Diálogos sobre sexualidade com a criança. In: MAIA, A. C. B.; MAIA, A. F. (Org.). **Sexualidade e infância**. Bauru: FCL/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005a. p.120-133.

\_\_\_\_\_. Abuso sexual infantil. In: MAIA, A. C. B.; MAIA, A. F. (Org.). **Sexualidade e infância**. Bauru: FCL/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005b. p.87-97.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento da sexualidade na infância. In: MAIA, A. C. B.; MAIA, A. F. (Org.). **Sexualidade e infância**. Bauru: FCL/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005c. p.85-104.

MAIA, A. C. B.; MAIA, A. F. (Org.). **Sexualidade e infância**. Bauru: FCL/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v.15, n.1, p.75-84, 2011.

\_\_\_\_\_. **Orientação sexual e síndrome de Down**: esclarecimentos para educadores. Bauru: Joarte Gráfica e Editora; Araraquara: UNESP - Faculdade de Ciências, 2009.

MOODLE. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, 2012. Acesso pela intranet institucional. Disponível em: <<http://camus.fclar.unesp.br/moodle/course/view.php?id=206>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

RIBEIRO, M.; REIS, W. Educação sexual: o trabalho com crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v.18, n.2, p.375-386, 2007.

RIBEIRO, P. R. M. A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. In: RABELO, A. O.; PEREIRA, G. R.; REIS, M. A. S. (Org.). **Formação docente em gênero e sexualidade**. Petrópolis: DP et Alii, 2013. p.7-15.

\_\_\_\_\_. Fórum de discussões: espaço para cooperação, interações, debates e aprendizagens. In: RIBEIRO, P. R. C. et al. **Gênero e diversidade na escola**: saberes em diálogos na educação a distância. Rio Grande: FURG, 2012. p.35-44.

\_\_\_\_\_. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Educação sexual**: múltiplos temas, compromissos comuns. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. p.129-140.

RIBEIRO, P. R. C.; SOUZA, N. G. S.; SOUZA, D. O. Sexualidade na sala de aula: pedagogias escolares de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.109- 129, jan./abr., 2004.

SENATORE, R. C. M.; RIBEIRO, P. R. M. Um estudo sobre a sexualidade infantil a partir do discurso de um grupo de professoras. In: CHAKUR, C. R. S. L. (Org.). **Problemas da educação sob o olhar da psicologia**. São Paulo: Cultura Acadêmica/Laboratório Editorial FCL, 2001. p.141-170.

SPAZIANI, R. B.; MAIA, A. C. B. Compreensão de professoras da educação infantil sobre sexualidade e orientação sexual na infância. **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v.14, n.1/2, p.115-124, 2009.